



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, em cumprimento às determinações contidas no art. 54, combinado com o art. 55, alínea "a" e parágrafo 2º da LC nº 101 de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal torna público o relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2015, período de janeiro/2015 a dezembro/2015, para fins de verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no referido diploma legal. Fortaleza, 29 de janeiro de 2016.

### MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	<b>334.791.804,24</b>	-
Pessoal Ativo (1)	295.646.952,11	<b>26.820,49</b>
Pessoal Inativo e Pensionistas (2)	38.565.982,70	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	578.869,43	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	<b>(49.656.562,86)</b>	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (3)	<b>(2.612.923,76)</b>	-
Decorrentes de Decisão Judicial		-
Despesas de Exercícios Anteriores	<b>(8.477.656,40)</b>	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	<b>(38.565.982,70)</b>	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	<b>285.135.241,38</b>	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	<b>285.162.061,87</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	<b>15.176.417.457,00</b>	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	<b>1,88</b>	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <2%>	<b>303.528.349,14</b>	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <1,90%>	<b>288.351.931,68</b>	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF - <1,80%>	<b>273.175.514,23</b>	

FORNE: RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - SEFAZ, contendo dados definitivos da RCL.

DESPESA - SEPLAG (Inativos) e Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR; 14/01/2016.

Notas:

(1) Não foram consideradas as seguintes despesas de caráter indenizatório:

a) abono de permanência - R\$ 3.750.168,78 (Resolução TCE/CE nº 2582/2009 - DOE 28.12.2009);

b) ajuda de custo - R\$ 1.993.614,51 de caráter indenizatório.

(2) Não considerado os gastos com pensionistas, Resolução 2230/2010 - TCE/CE (processo nº 03052/2008-0).

(3) Despesa correspondente às indenizações de férias não gozadas, pagas aos membros do MPCE por ocasião da aposentadoria.

Fortaleza, 29 de janeiro de 2016.

**PLÁCIDO BARROSO RIOS**  
Procurador-Geral de Justiça

**Teresa Jacqueline de Mesquita Ciriaco**  
Coordenadora da Assessoria de  
Planejamento

**Gladys Furtado Brasil**  
Secretária de Finanças

**Dina Quintas Colares Araújo**  
Coordenadora Geral de Controle e Auditoria  
Interna



# MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ

## PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

### RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

#### ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

#### ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

#### JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

DESCRIÇÃO	DESPESAS EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES													Total Últimos 12 meses (a)	INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	DESPESA LIQUIDADADA														
	jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jul/15	ago/15	set/15	out/15	nov/15	dez/15			
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>22.536.422</b>	<b>21.628.219</b>	<b>30.443.285</b>	<b>21.732.175</b>	<b>21.713.360</b>	<b>39.877.568</b>	<b>35.004.548</b>	<b>24.365.639</b>	<b>21.135.401</b>	<b>23.225.128</b>	<b>31.968.573</b>	<b>41.161.486</b>	<b>334.791.804</b>	-	
Pessoal Ativo	19.505.712	18.655.032	27.520.631	18.839.922	18.738.723	36.962.882	30.487.626	21.299.347	18.086.070	20.169.786	28.913.231	36.467.991	295.646.952	26.820	
Pessoal Inativo e Pensionista (1)	3.030.710	2.973.187	2.914.744	2.892.253	2.914.998	2.914.686	4.453.625	2.992.044	2.992.044	2.992.044	2.992.044	4.503.602	38.565.983	-	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	7.910	-	59.639	-	63.298	74.248	57.286	63.298	63.298	189.893	578.869	-	
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS</b>	<b>(3.869.193)</b>	<b>(3.811.670)</b>	<b>(5.456.487)</b>	<b>(3.802.164)</b>	<b>(3.755.435)</b>	<b>(3.800.541)</b>	<b>(5.291.782)</b>	<b>(3.214.386)</b>	<b>(2.992.044)</b>	<b>(4.160.024)</b>	<b>(3.514.611)</b>	<b>(5.988.227)</b>	<b>(49.656.563)</b>	-	
(-) Inativos com recursos vinculados	(3.030.710)	(2.973.187)	(2.914.744)	(2.892.253)	(2.914.998)	(2.914.686)	(4.453.625)	(2.992.044)	(2.992.044)	(2.992.044)	(2.992.044)	(4.503.602)	(38.565.983)	-	
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	(838.483)	(838.483)	(2.541.743)	(909.911)	(840.437)	(885.855)	(838.157)	(222.342)		(112.846)		(449.401)	(8.477.656)	-	
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária											(522.567)	(1.035.223)	(2.612.924)	-	
(-) Decorrentes de Decisão Judicial														-	
<b>DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>18.667.229</b>	<b>17.816.549</b>	<b>24.986.798</b>	<b>17.930.011</b>	<b>17.957.925</b>	<b>36.077.027</b>	<b>29.712.766</b>	<b>21.151.253</b>	<b>18.143.357</b>	<b>19.005.104</b>	<b>28.453.962</b>	<b>35.173.259</b>	<b>285.135.241</b>	-	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>285.162.061,87</b>														

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	<b>15.176.417.457</b>
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	<b>1,88%</b>
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 2%	<b>303.528.349,14</b>
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,90%	<b>288.351.931,68</b>

FONTE: RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - SEFAZ, contendo dados definitivos da RCL.

DESPESA - SEPLAG (Inativos) e Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR; 14/01/2016

Notas:

- (1) Não foram consideradas as seguintes despesas de caráter indenizatório:
  - a) abono de permanência - R\$ 3.750.168,78 (Resolução TCE/CE nº 2582/2009 - DOE 28.12.2009);
  - b) ajuda de custo - R\$ 1.993.614,51 de caráter indenizatório.
- (2) Não considerado os gastos com pensionistas por decisão do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (processo nº 03052/2008-0).
- (3) Despesa correspondente às indenizações de férias não gozadas, pagas aos membros do MPCE por ocasião da aposentadoria

*Dina Odiani*

*Alcides*

O Z



# MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ

## PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

### MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

#### RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

#### DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

#### JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF- Anexo 5 ( LRF, art. 55, Inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Convênio nº 792316/2013-SENACon (091900600002229-8)	333.891,27	150.270,27	183.621,00
Convênio Bradesco - Projeto Nosso Atendimento é Legal (091900600001287-0)	42.193,91	-	42.193,91
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>376.085,18</b>	<b>150.270,27</b>	<b>225.814,91</b>
Conta Duodécimo (091900600002071-6) (*)	1.425.925,35	7.444.691,99	(6.018.766,64)
Alienação de bens (0008-5 c/c 23815-5)	134.513,76	-	134.513,76
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>1.560.439,11</b>	<b>7.444.691,99</b>	<b>(5.884.252,88)</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>1.936.524,29</b>	<b>7.594.962,26</b>	<b>(5.658.437,97)</b>

<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>1</sup></b>	-	-	-
---	---	---	---

FONTE: Extratos Bancários e S2GPR; SEFIN/PGJ; 31/12/2015.

NOTAS: (\*) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

(\*) A quitação das despesas inscritas em restos a pagar será efetivada após o repasse do valor de R\$ 24.835.355,00, proveniente da suplementação orçamentária de que trata o Decreto nº 31.857, de 28 de dezembro de 2015, publicado no DOE 28/12/2015, solicitado através do ofício 177/2015, de 30/12/2015. Até o fechamento deste RGF a SEFAZ não havia transferido o recurso para a conta do duodécimo deste órgão.

### MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

#### RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

#### DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

#### ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

#### JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF, ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Transferência de Convênio nº 792316/2013	-	-	-	150.270,27	333.891,27	-
Convênio Bradesco (Projeto Nosso Atendimento é Legal)	-	-	-	-	42.193,91	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	-	-	-	<b>150.270,27</b>	<b>376.085,18</b>	-
Recursos Tesouro – Duodécimo (fontes 00/01)	-	5.903.631,10	1.369,00	1.541.060,89	1.425.925,35	-
Alienação de bens	-	-	-	-	134.513,76	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	-	<b>5.903.631,10</b>	<b>1.369,00</b>	<b>1.541.060,89</b>	<b>1.560.439,11</b>	-
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	-	<b>5.903.631,10</b>	<b>1.369,00</b>	<b>1.691.331,16</b>	<b>1.936.524,29</b>	-
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>1</sup></b>	-	-	-	-	-	-

FONTE: Extratos Bancários e S2GPR; SEFIN/PGJ; 21/01/2016

NOTAS: (\*) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

(\*) A quitação das despesas inscritas em restos a pagar será efetivada após o repasse do valor de R\$ 24.835.355,00, proveniente da suplementação orçamentária de que trata o Decreto nº 31.857, de 28 de dezembro de 2015, publicado no DOE 28/12/2015, solicitado através do ofício 177/2015, de 30/12/2015. Até o fechamento deste RGF a SEFAZ não havia transferido o recurso para a conta do duodécimo deste órgão.

*Handwritten signatures and initials:*  
 - "E. Carlos"  
 - "D. D. D."  
 - "D"  
 - "Z"



# MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ

## PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

LRF, art. 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite – DTP	285.162.061,87	1,88%
Limite Máximo ( incisos I, II e III, art.20 da LRF) - ( % )	303.528.349,00	2,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (%)	288.351.932,00	1,90%

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	1.691.331,16	1.936.524,29

FONTE: DESPESA – Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR:14/01/2016

NOTA: (\*) A quitação das despesas inscritas em restos a pagar será efetivada após o repasse do valor de R\$ 24.835.355,00, proveniente da suplementação orçamentária de que trata o Decreto nº 31.857, de 28 de dezembro de 2015, publicado no DOE 28/12/2015, solicitado através do ofício 177/2015, de 30/12/2015. Até o fechamento deste RGF a SEFAZ não havia transferido o recurso para a conta do duodécimo deste órgão.

Fortaleza, 29 de janeiro de 2016.

**PLÁCIO BARROSO RIOS**  
Procurador-Geral de Justiça

**Teresa Jacqueline de Mesquita Ciríaco**  
Coordenadora da Assessoria de Planejamento

**Gladys Furtado Brasil**  
Secretária de Finanças

**Dina Quintas Colares Araújo**  
Coordenadora Geral de Controle e Auditoria  
Interna